

**Sumula da Apresentação do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Ações da
Defesa Civil**

DATA: 26 de Outubro de 2015

LOCAL: Hotel Master - Rua Francisco Torres, 285 - Centro - Curitiba / Paraná.

O Grupo de Trabalho de ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DA DEFESA CIVIL, reunido em 26/10/2015, na sala Tingui do Master Hotel, em Curitiba, contou com as/os seguintes participantes: Cirlei Coleraus, representante do Central de Movimentos Populares, segmento Movimentos Sociais e Populares (Curitiba/Itaperuçu); Elair de Macedo e Silva Grassani, representante do CEDEA, segmento: ONGs (Curitiba); José Borges, representante do MNLM, segmento Movimentos Sociais Populares; Marcos Levandoski, representante da AMCG, segmento Poder Público Municipal (Ponta Grossa); Paulo Nobukuni, professor da Unicentro, *campus* Guarapuava, representante do segmento Área Profissional, Acadêmica e de Pesquisa; Ricardo Luiz Leites de Oliveira, representante da ACIMACAR, segmento empresarial (Marechal Cândido Rondon). Inicialmente, a conselheira Cirlei apresentou-se e informou, que a partir desta data, passa a fazer parte deste Conselho, em substituição à sra. Joseli Collaço. O mesmo ocorreu com o sr. Ricardo Luiz Leites de Oliveira, que substituiu Hamilton Aparecido Gimenes, da SANEPAR. Em um segundo momento, leu-se e discutiu-se brevemente a súmula da reunião ocorrida em 05 de maio de 2015, destacando-se que onde se tem 25 de novembro de 2015, deve-se ler 25 de novembro de 2014. O conselheiro Paulo Nobukuni destacou a resposta ao ofício 029-2014, enviado ao Secretário Chefe da Casa Militar e Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil do Estado do Paraná, onde se solicitou informações de quantos e quais municípios do Paraná tem plano de contingência, onde foi esclarecido que todos as unidades tem o mesmo, gerado através da ferramenta *online* do órgão em pauta. Apresentou-se ao grupo um exemplar do livro Prevenção de Riscos e Deslizamentos em Encostas – Guia para Elaboração de Políticas Municipais, obra publicada pelo Ministério das Cidades. O mesmo foi feito em ralação de cópia da obra Capacitação Básica em defesa Civil, publicado pela Universidade Federal de Santa Catarina, bem como a lei federal 12340-2010, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil. Ainda apresentou-se documento sobre princípios relacionadas à defesa civil, com destaque para orçamento para que se possa implementar medidas ordinárias relacionadas à mesma. Também recebeu-se documento que trata sobre reunião patrocinada pela ONU, para a redução de riscos de desastres, ocorrida em março de 2015, oportunidade que o Paraná recebeu um prêmio quanto à campanha fazendo cidades resilientes, na categoria Aplicações de sistemas de informação de uso interno. Em seguida comentou-se sobre a participação de Paulo quanto à reestruturação do Plano Estadual de Estruturação da Defesa Civil do Paraná, como professor da Unicentro, que formalizou convênio com o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED. Assim solicitou-se a Paulo, para saber-se sobre como estão os trabalhos quanto à questão do plano. De modo genérico, as discussões foram quanto à potencializar o que já existe, em especial ao sistema *online*.

Destaca-se que é fundamental envolver todos os 399 municípios paranaenses pois eles é que formam a rede municipal, constituindo o Estado do Paraná. Entretanto, especialmente ao momento histórico vivenciado, argumentou-se que para envolver os municípios paranaenses, tem-se que utilizar de um procedimento de trabalho em rede, em especial pela escola e outras entidades de cada local. É importante que este conselho integre-se nesta jornada, para que se envolva a totalidade dos municípios do Paraná. Em seguida, abriu-se a palavra às/aos demais conselheiras/os, oportunidade em que o sr. Ricardo Luiz Leites de Oliveira compartilhou com o grupo alguns exemplos de boas práticas ambientais adotadas em Marechal Cândido Rondon, como a obrigatoriedade de qualquer obra acima de 250m² possuir cisterna, o incentivo aos munícipes à utilização da água pluvial em vasos sanitários, limpeza, jardins, etc, o que confere a quem adota esse procedimento desconto na taxa de esgoto. Na sequência, a conselheira Cirlei mencionou o Programa de Regularização Ambiental – PRA e a Lei nº 12.651/2012 que estabelece a responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas públicas ambientais, destacando a fundamental importância de a Defesa Civil, tanto em âmbito estadual quanto municipal, “levantar essa bandeira”. Nesse sentido, a conselheira destacou a necessidade de se implementar em cada um dos municípios: 1) efetivo programa de educação ambiental, pautado no conceito de sustentabilidade socioambiental; 2) incentivo fiscal a pessoas, empresas e comunidades que implementem boas práticas ambientais; e 3) fiscalização rígida. O conselheiro Marcos Levandoski destacou algumas ações exitosas (bons exemplos ou boas práticas) que vêm sendo implementadas em Ponta Grossa, como a separação seletiva de resíduos sólidos, feira-verde, etc. O conselheiro José Borges, por sua vez, relacionou a defesa civil e as áreas de risco, pois existe uma lei federal que obriga a se trabalhar tendo como prioridade as pessoas que moram nestas, afirmando que considera esse debate para se criar condições para se desenvolver uma ação em todo Estado do Paraná. Inclusive, citou como exemplo, estudos, mapeamento das áreas de risco de todo o Paraná; informação de extrema importância no sentido de se ter ferramentas, cabendo, portanto, a nós da defesa civil, iniciar esse debate para não só para levar as pessoas ao real conhecimento das dimensões das catástrofes que têm havido em nosso estado, mas também para desencadear ações preventivas, comprometidas com a efetivação de políticas públicas. Destacou ainda a importância de um maior diálogo entre os sistemas de meteorologia e a comunidade, para que essa possa agir mais preventivamente ou no sentido de minimizar os prejuízos. Por fim, destacou a importância de obtenção de informações em relação aos fundos municipais que existem para esse fim. Paulo Nobukuni propôs solicitarmos a todos os municípios as boas práticas, bem como os problemas existentes, o que foi aprovado, sendo efetuado um questionamento: Como os planos de contingência existem, quais são as boas práticas que esses municípios têm a compartilhar (água boa)? Quais os pontos críticos que também precisam ser expostos?